

(Re)discutindo as implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro
(*Re*)discussing the socioeconomic implications of the Brazilian economic “miracle”

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.948>

Rita Inês Paetzhold Pauli¹
Gabriel Eduardo Gonçalves²
Mariana Camboim Viola³

Resumo: O artigo contribui para o debate acerca das implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973). Os procedimentos metodológicos consistem na revisão da literatura especializada e documental que compreende o período em análise e a evolução da economia brasileira do início do período militar e de governos anteriores. Em suma, realiza uma breve análise dos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Os resultados mostram um inegável crescimento econômico, apesar da ampliação de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro. Houve aumento das desigualdades na renda, em que os pobres exacerbaram sua situação de vulnerabilidade socioeconômica via compressão salarial do proletariado urbano. Os Planos Trienal e PAEG, apesar dos objetivos semelhantes, não atingiram o mesmo êxito no que concerne às suas contribuições para o quadro favorável posterior sendo que o segundo, especialmente pela conjuntura externa favorável e pelas reformas institucionais implementadas, influenciou decisivamente no êxito econômico observado no período de 1968-1973.

Palavras-chaves: “Milagre” econômico brasileiro. Crescimento econômico. Desenvolvimento socioeconômico.

Abstract: The paper contributes to the debate about the socioeconomic implications of the Brazilian “economic miracle” (1968-1973). The methodological procedures consist of a review of the specialized literature and documents that comprise the period under analysis and the evolution of the Brazilian economy since of the military period and previous governments. In short, it makes a brief analysis of the governments of Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) and João Goulart (1961-1964). The results show an undeniable economic growth, despite the expansion of an economic model that is dependent and associated with foreign capital. There was an increase in income inequalities, in which the poor exacerbated their situation of socioeconomic vulnerability due to wage compression of the urban proletariat. The “Trienal” and PAEG Plans, despite similar objectives, did not achieve the same success in terms of their contributions to the later favourable scenario. The second, especially due to the favourable external situation and the institutional reforms implemented, had a decisive influence on the economic success observed in the period of 1968-1973.

Keywords: Brazilian economic “miracle”. Economic growth. Socioeconomic development.

Artigo recebido em: 16/10/2021. Aceito em: 19/12/2021.

¹ Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGED/UFSM). E-mail: rita.pauli@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9910-5301>

² Graduando do curso de Letras da UFSM.

E-mail: gabo.eduardo88@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7415-0444>

³ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFSM.

E-mail: violamari29@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7415-9167>

Introdução

A abordagem acerca das implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro remete à necessária recomposição histórica, na qual a compreensão do período militar (1964-1973) e dos governos antecessores a ele são vitais para analisar o cenário que se desenvolveu. Nesse sentido, a apreensão de aspectos relevantes desse momento histórico incita a busca de elementos da política econômica adotadas nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), de maneira a entender como esses mecanismos contribuíram para o desenrolar do “milagre” econômico durante o período militar, juntamente às suas implicações socioeconômicas.

O início da análise se dará na ordem cronológica dos governos, de modo que as consequências possam ser observadas de maneira organizada. Portanto, o primeiro governo é o de Juscelino Kubitschek, com duração de cinco anos, entre 1965-1961. Esse período destacou-se, essencialmente, pela implementação do Plano de Metas, considerado a força motriz do desenvolvimento econômico durante seu governo. Ademais, Kubitschek deixou uma herança inflacionária para seus sucessores governamentais, com níveis elevados não somente de inflação e déficit público, mas também da deterioração das contas externas (VILLELA, 2011).

Os governos que sucederam a Juscelino Kubitschek foram os de Jânio Quadros e de João Goulart, respectivamente. No primeiro teria ocorrido uma piora no quadro econômico após a renúncia ao cargo presidencial. No segundo, o Plano Trienal não teria se constituído em estratégia suficiente para reverter a situação controversa que se acumulou na conjuntura econômica de todo àquele período histórico (VILLELA, 2011).

Em decorrência das políticas econômicas adotadas nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart, no ano de 1964 ocorreu uma queda nos investimentos e na taxa de crescimento da renda brasileira, com subida da taxa de inflação superior a 90% após 1964 (GREMAUD *et al.*, 2017). Portanto, tal problemática inflacionária foi uma herança dos três governos anteriores ao período militar, devido à instabilidade das políticas econômicas implementadas.

Com a tomada do poder e o novo governo, Emílio Garrastazu Médici desenvolveu o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tratou de balizar o “milagre” econômico brasileiro. Nesse sentido, o PAEG tornou-se um meio de estabilização dos preços, além de contribuir para reformas estruturais, influenciando na organização do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). É a partir deste compilado de acontecimentos governamentais e das ações socioeconômicas tomadas que serão observadas as consequências do “milagre” econômico.

Diante dessas ponderações, é válido salientar que este trabalho realiza a análise exploratória acerca do período do “milagre” econômico e da política econômica adotada nos anos que o antecedem, com base na literatura especializada e em dados de fontes secundárias. A divisão do artigo é realizada na seguinte ordem: na primeira seção é promovida uma abordagem contextualizada acerca do tema, enquanto na segunda descreve-se sobre as dinâmicas socioeconômicas que antecederam o “milagre” econômico, envolvendo o governo de Kubitschek, Quadros e Goulart. Na seção três são descritas particularidades acerca do período militar, com divisão entre o período do PAEG e o do “milagre” econômico, de maneira a relacionar ambos no cenário de causa e efeito, respectivamente. Por fim, promove-se a análise das consequências do “milagre” econômico e, após, a conclusão desenvolvida sobre essa temática.

1 Dimensão socioeconômica pré-milagre econômico

As discussões acerca das consequências geradas pelo “milagre” econômico brasileiro durante o período militar são, antes de tudo, consequências das políticas econômicas desenvolvidas em governos anteriores. O período que teve maior prevalência a ser analisado neste estudo compreende o governado por Juscelino Kubitschek (1965-1961) e, de forma complementar, os de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Juscelino Kubitschek destacou-se desde a sua eleição para a presidência em 1956, pois sublinhava em seus discursos a busca pela realização de um projeto que permitisse mudanças profundas no país e gerasse desenvolvimento socioeconômico ao Brasil (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Todavia, mesmo com a intenção de melhoria no cenário socioeconômico, havia problemas para enfrentar, devido ao “fato de o país estar atravessando uma fase de transição, entre um passado agrário e um futuro industrial e urbano” (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 27).

Os mecanismos utilizados para alcançar essa proposta de Kubitschek foram organizados em torno do Plano de Metas. Esse projeto foi considerado o auge do período da industrialização brasileira, dentro da perspectiva da lógica de substituição de importações (GREMAUD *et al.*, 2017), mas a organização de Kubitschek para o desenvolvimento brasileiro foi além da substituição de importações. Tratou-se de uma organização de 31 objetivos a serem atingidos, bem como a construção de Brasília, que viria a ser a capital do Brasil. Conforme destaca Lessa (1983, p. 70):

[...] constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país [...] e conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores.

Ademais, o Plano de Metas contemplava, principal e resumidamente, os investimentos em cinco dimensões: energética, de transportes, alimentícia, industrial de base e educacional (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014). Para a formulação dessas estratégias macroeconômicas, a base do pensamento para a criação do Plano de Metas foi fundada:

[...] nos estudos do grupo BNDE-Cepal, que identificava a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis, e via nesse setor importante fonte de crescimento pelos efeitos interindustriais que geram sobre a demanda por bens intermediários e, por meio da geração de emprego, sobre os bens de consumo leves. Além disso, estimularia o desenvolvimento de novos setores na economia, principalmente os fornecedores de componentes para o setor de bens de consumo duráveis como, por exemplo, o setor de autopeças (GREMAUD *et al.*, 2017, p. 401).

Para que o plano de desenvolvimento fosse realizado, ele utilizou de “pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica” (VILLELA, 2011, p. 28). Lacerda *et al.* (2018, p. 86) corroboram essa interpretação, afirmando que “o desenvolvimento industrial durante o Plano de Metas foi liderado pelo crescimento do departamento produtor de bens de capital e do departamento produtor de bens de consumo duráveis” e que “a participação desses setores nos investimentos industriais apresentaria um desempenho ainda mais notável”.

No ano de 1961 o produto interno bruto (PIB) aumentou apenas 2,9%, por conta da diminuição da produção agrícola. Contudo, dentre os anos de 1957 a 1960, esse crescimento expandiu-se, respectivamente, para 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4% (VILLELA, 2011). Desse modo, pôde-se ver a efetividade de sua ação.

Tabela 1 – Taxas de crescimento do PIB e dos setores econômicos (Brasil, 1955-1961, em %)

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1955	8,8	11,7	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: IBGE (*apud* GREMAUD *et al.*, 2017, p. 404).

À medida que o Plano de Metas vingava, o PIB aumentou entre 1957 a 1961. A taxa anual média foi de 8,2%, gerando aumento da renda *per capita* em 5,2%. Superou as próprias expectativas do Plano de Metas (LACERDA *et al.*, 2018). Sob esta ótica, de acordo com a tabela 1, destaca-se a diminuição na participação da agricultura como fator preponderante na economia. No ano de 1958, ocorreu aumento de somente 2% na agricultura, sendo que no ano anterior este aumento foi de 9,3%. Enquanto isso, os setores da indústria e dos serviços, respectivamente, cresceram no ano de queda da agricultura – de 5,4% foi para 16,8% e de 10,6% foi para 10,7%, respectivamente.

Analogamente, Lacerda *et al.* (2018) destacam o investimento estrangeiro que a indústria nacional recebeu, gerando a oligopolização da economia brasileira (logo, maior concentração de empresas). Villela (2011) corrobora essa percepção, ao afirmar que a ocorrência do Plano de Metas descende da adoção de uma tarifa aduaneira protecionista, complementada por um sistema cambial que contribuiu tanto para a importação de bens de capital quanto de insumos básicos, sendo atrativo para o investimento direto por parte do capital estrangeiro.

A partir desse investimento estrangeiro, vale destacar que foi juntamente com empresas estatais e capital privado nacional (sócio minoritário) que se formou o tripé do crescimento e desenvolvimento do governo Kubitschek (Lacerda *et al.*, 2018). Ademais, o setor a ser investido não era somente o público, mas também o privado, de modo que se criou estímulos para gerar melhoria no que era considerado prioritário (PIRES, 2019). Nesse sentido, conforme Villela (2011, p. 36), “as inversões do Programa de Metas a cargo do setor privado (tanto o nacional quanto o estrangeiro) direcionaram-se, sobretudo, aos setores automobilístico, de construção naval, mecânica pesada e equipamentos elétricos”.

No que tange aos objetivos desejados, Lafer (1970) destaca que na implementação do Plano de Metas, quando avaliadas as metas setoriais, em sua maioria houve êxito. Com a expansão da indústria automobilística e de autopeças, o capital privado nacional teve o papel de fornecer insumos e componentes. As indústrias estrangeiras que vieram entre o período de 1956-1961 se estabeleceram de modo a ofertar capacidade produtiva bem à frente da demanda preexistente – se preparavam também para financiar suas próprias importações (TAVARES, 1998).

Lacerda *et al.* (2018) destacam que ocorreu uma parte do processo de substituição de importações (PSI), especialmente no setor em que o capital estrangeiro investia (bens de consumo duráveis, sobretudo no setor elétrico pesado). Mas, com o passar do tempo, seria preciso que o PSI evoluísse para um modelo autossustentado de crescimento. Ademais, Tavares (1998) vislumbrara o esgotamento do PSI no período, pois seus efeitos positivos esmaeciam-se progressivamente.

Diante das questões para a realização do Plano de Metas, Orenstein e Sochaczewski (*apud* Villela, 2011, p. 37) afirmam que “o principal mecanismo de financiamento [...] foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito que viabilizava os investimentos privados”. Kubitschek tinha a “visão estruturalista de que economias subdesenvolvidas só poderiam se industrializar com algum nível de inflação, a qual deveria ser administrada, ao invés de se buscar preços controlados com estagnação”. Desse modo,

o esquema financeiro encontrado para a realização do Plano de Metas – o financiamento inflacionário –, gerava através do aumento de lucros (de empresas privadas e públicas), do aumento da tributação nominal e diferencial e, é claro, da emissão de moeda, os recursos necessários à sua consecução. O elevado crescimento do produto, especialmente da renda urbana, permitia uma transferência de renda na margem, sem que os grupos econômicos perdessem posição absoluta (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014, p. 165-166).

Com o avanço do Plano de Metas, as contas do país foram se tornando um impasse, pois o déficit em transações correntes foi crescente entre 1956 e 1961 (PIRES, 2010). A situação assolou o país progressivamente. Entre 1955 e 1958 o déficit manteve-se no patamar de 15%, subindo para perto de 35% entre 1959 e 1961 e chegando a 52% em 1962 (PIRES, 2010).

Lacerda *et al.* (2018) alegam que os problemas criados no governo Kubitschek foram advindos principalmente de causas internas e que os investimentos passaram a ser determinantes para as variações ao explicar o movimento cíclico da economia. Sendo assim, Pires (2010, p. 138) traz o cenário que o país enfrentava diante dessas mazelas socioeconômicas da década de 1960:

a população urbana representava 45% do total. O número de analfabetos era de 39,5% da população. [...] aproximadamente 48% da PEA [população economicamente ativa], em 1960, exercia trabalho informal. Os salários sofreram graves perdas. Em 1960, o salário mínimo chegou a valer apenas 34% mais do que em 1940, depois de ser quase 53% maior em 1958. A distribuição da renda apresentava elevado grau de concentração. Em 1960, os 20% mais pobres da população recebiam 3,9% da renda e o 1% composto dos mais ricos, 11,9% da renda. Os 50% mais pobres recebiam o equivalente a 17,4% da renda, e os 10% mais ricos, 39,6%.

Findo o Plano de Metas, verificou-se seu relativo sucesso em diversas áreas. Todavia, consequências negativas foram geradas pela não assistência a outras dimensões da sociedade. Pode-se citar o descaso com a agricultura, o aumento da desigualdade social e a pouca ênfase na educação (VILLELA, 2011).

Ademais, os sucessores no governo – Jânio Quadros e João Goulart – receberam uma economia mais pujante, mas com inflação alta, déficit público elevado e deterioração das contas externas. Com isso, teriam que ter maior engajamento para resolver os impasses macroeconômicos. Nesse sentido, caberia a eles trilhar caminhos para promover a redução da absorção doméstica, induzir

aumento na oferta e reduzir o consumo de bens transacionáveis (MESQUITA, 1992). Além disso, Gremaud *et al.* (2017) destacam que desde a eleição de Jânio Quadros tendo o rival de coligação como seu vice (João Goulart) exibia-se um quadro desafiador em relação às dificuldades a serem enfrentadas – pois estavam juntando forças para solucionar a problemática macroeconômica.

Em relação ao contexto governamental após Kubitschek, Villela (2011, p. 40) conclui que Quadros se utilizou de um “pacote de medidas de cunho ortodoxo, que incluíam uma forte desvalorização cambial [...], a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo”. Apesar da tentativa de reverter a situação, Quadros renunciou de seu cargo no mesmo ano de posse, em 1961.

Essa renúncia presidencial gerou complicações para o desenvolvimento do país, pois suas políticas, mesmo sendo majoritariamente de curto prazo, não tiveram tempo suficiente para efetivação. Isso resultou em crise política, descontrole monetário, fiscal e creditício (evidenciado pelas estatísticas oficiais mensais) (MESQUITA, 1992). Mesmo com a renúncia de Quadros, Goulart não pôde assumir imediatamente seu posto de presidente, de modo que teve de permanecer no exterior por um período, assumindo o governo do país sob um regime de governo parlamentarista, o que não durou muito tempo, pois houve um plebiscito que reverteu a situação, trazendo-o novamente para o regime de governo presidencialista, com ele no poder (GREMAUD *et al.*, 2017).

Goulart então apresentou seu programa de desenvolvimento econômico, o Plano Trienal, desenvolvido pelo Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado. Mesquita (1992, p. 188) afirma que:

o plano procurava responder ao quadro de deterioração externa e à aceleração inflacionária, o que presumivelmente favoreceria uma aproximação entre o governo e segmentos da classe média e da comunidade empresarial, ampliando a sua base de apoio, com vistas a viabilizar a aprovação das reformas de base pelo Congresso.

Complementarmente, Lacerda (2018) admite que foi um plano de ações anti-inflacionárias de cunho ortodoxo, utilizando-se da política de contenção de gastos públicos e de liquidez. Assim, exibia-se as próprias limitações do enfoque estruturalista, pela utilização de ações bastantes ortodoxas, conforme destacado por Ignácio Rangel e Fernando de Oliveira (*apud* Lacerda, 2018). Contudo, mesmo com a elaboração do Plano Trienal que visava a reverter a situação macroeconômica antagônica que se passava no Brasil, não se obteve o sucesso desejado devido a inúmeros impasses.

Rapidamente, as reivindicações sindicais e as políticas da base de apoio do governo se impuseram, sobretudo com a recusa dos assalariados em suportar novamente o peso do ajuste anti-inflacionário. A tentativa de estabilização fracassou e provocou o crescimento negativo do PIB *per capita*: a economia cresceu 6,6% em 1962, mas apenas 0,6% em 1963, com inflação anual de 83,25%. [...] a desestabilização política interna e externa do governo democraticamente eleito impediu a implementação de qualquer política de gestão econômica mais articulada (LACERDA, 2018, p. 96).

Na perspectiva de Mesquita (1992), o envolvimento do presidente Goulart em reuniões com a esquerda era visto com maus olhos pela população. Por exemplo, na ocasião em que o presidente firmou um decreto que geraria a encampação das refinarias particulares e desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos. Contudo, ele aceitou tal acordo sem uma conversa oficial com o Congresso Nacional.

Ademais, a radicalização contrária ao governo Goulart foi deflagrada a partir de mobilizações sociais, capitaneadas pela classe média. Assim, em 31 de março de 1964 teve início a rebelião militar que, com amplo apoio do empresariado, da classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar, pôs fim ao governo de Goulart (MESQUITA, 1992).

2 Noções de crescimento, desenvolvimento e o contexto socioeconômico do período militar

O crescimento econômico se vincula à expansão do produto real de uma economia, isto é, quando em um interregno temporal sua expansão é superior ao do aumento populacional, tal como vislumbrado consensualmente em maior magnitude no Brasil no período do “milagre” econômico. Por sua vez, o desenvolvimento econômico consiste na expansão contínua da renda *per capita*, com melhorias sistemáticas de bem-estar da população (SOUSA, 1996). Apesar disso, em países de elevada renda *per capita* pode persistir um importante contingente população que sequer chega a satisfazer suas necessidades básicas (FURTADO, 1998).

O desenvolvimentismo no Brasil foi implementado nos pós II Guerra Mundial com o ideário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que consistia na busca pelo desenvolvimento via estratégia de crescimento econômico. Sua fase áurea iniciou no governo Kubitschek, que se valeu de elevados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica reunida em seu Plano de Metas (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Após o fim do governo de Goulart, iniciou-se o período militar e o novo governo veio com propostas de superar tais políticas ditas populistas:

[...] o novo regime manteria um discurso desenvolvimentista, comprometido com a retomada do crescimento econômico. A prioridade inicial do novo governo foi a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais. A partir de então, todas as ações buscavam uma integração maior com os países capitalistas desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos. O Brasil assumiu, assim, uma clara subordinação: tratava-se do aprofundamento do modelo de capitalismo dependente e associado, já hegemônico no país desde o Plano de Metas de JK (LACERDA *et al.*, 2018, p. 97).

Com a tomada do poder em 1964, iniciou-se o governo militar que teve na sequência inicial três presidentes, sendo eles o marechal Castello Branco (1964-1967) e os generais Arthur Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1973). Em relação ao governo de Castello Branco, destaca-se a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que objetivava a resolução dos problemas econômicos oriundos dos governos anteriores. Para sua implementação, contou com a orientação dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, respectivamente (GREMAUD *et al.*, 2017).

Mesmo com o fim do governo de Castello Branco, o desenvolvimento do PAEG continuou sem grandes desvios, tendo em vista o combate à inflação, o aumento das exportações e a retomada do crescimento como seus principais objetivos (VILLELA, 2011). Esses objetivos visavam a reverter a mazela social e econômica que enfrentava a população brasileira, pois era evidente a estagnação em que se encontrava a economia desde 1962 e que persistirá até 1968, momento em que o “boom” econômico teve início (BAER, 2009).

Villela (2011) indica que o governo militar pode ser caracterizado por dois períodos distintos: o primeiro pela implementação e desenvolvimento do PAEG, de 1964-1967; o segundo que veio como consequência do “milagre” econômico fruto do período anterior. Sob esta perspectiva, as seções seguintes visam a analisar mais detidamente os períodos históricos do governo militar e sua relação com o crescimento econômico.

2.1 Programa de Ação Econômico do Governo (PAEG)

É importante deter-se nesta seção nas particularidades dos dois planos governamentais que antecederam o “milagre”. O período que separa o Plano Trienal do PAEG foi marcado por uma ruptura no quadro institucional brasileiro (VILLARINO, 2016). Em uma análise comparativa, as equipes econômicas que elaboraram esses planos têm visões distintas de teoria e política econômica. Celso Furtado (heterodoxo) elaborou o Plano Trienal e Roberto Campos (ortodoxo) o PAEG (VILLARINO, 2016). Eram forças políticas marcadamente distintas e suas bases epistemológicas e perspectivas históricas eram opostas. A primeira, por exemplo, pregava presença ativa do Estado.

Com relação ao PAEG, o enfoque centrou-se nos aprimoramentos institucionais que, como tal, permitem ao Estado manter e incentivar um nível quantitativo de investimento agregado. Sua assertividade e segurança estariam muito mais na forma do que na essência, uma vez não se devem à reconquista de um consenso social amplo, mas, sim, implementado pela força (VILLARINO, 2016).

Em relação às propostas de estabilização contidas nos Planos Trienal e PAEG, Bastian (2013) reitera a existência da forte similaridade. O autor busca responder os motivos pelos quais, apesar da semelhança, os resultados seriam discrepantes. Atribui que a razão estaria nos diferentes contextos políticos internos e nas relações internacionais. Do ponto de vista externo, as evidências revelariam o tratamento diferenciado dado pelos estadunidenses ao governo Castello Branco, sendo este indiscutivelmente o fator decisivo no desempenho de ambos os Planos (BASTIAN, 2013). As políticas do PAEG puderam ser implementadas em um ambiente muito mais favorável devido à generosa ajuda externa (BASTIAN, 2013). Diante da abordagem acerca do PAEG, Gremaud *et al.* (2017) destacam dentre os objetivos a serem atingidos: a busca pela aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, a contenção da inflação, a redução dos desequilíbrios setoriais e regionais, o aumento dos investimentos e, conseqüentemente, do emprego e, por fim, a correção da tendência ao desequilíbrio externo.

Outro aspecto de relevância que merece ser discutido é a insuficiência de estudos vinculados aos aspectos políticos que em última análise seriam cruciais para a compreensão dos resultados do Plano Trienal. O período de 32 meses do governo de Goulart teria sido o mais conturbado da história da República, em que a pasta da Fazenda fora ocupada alternadamente por 5 diferentes Ministros. Diante desse quadro, as baixas taxas de crescimento econômico e o aumento da inflação não poderiam ser analisados apenas a partir de causas estruturais, tal como efetuado pela maioria dos autores da literatura especializada. Adverte que seria plausível considerar que a falta de credibilidade desse governo associar-se-ia à incapacidade de resistência às pressões e à dificuldade de compor uma aliança política estável capaz de sustentar um projeto, que permitisse promover crescimento econômico com estabilidade (FONSECA, 2004).

Diante desse contexto, foram constatadas dificuldades no período subsequente que impediam uma ação efetiva em prol do crescimento e desenvolvimento econômico. Pires (2010) indica que, de acordo com o diagnóstico dos autores do PAEG, o principal entrave ao desenvolvimento econômico encontrava-se no processo inflacionário dos anos anteriores, cuja origem decorria de três variáveis:

os déficits públicos, a expansão de crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento de produtividade. Essas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento gerando, destarte, o veículo monetário da propagação da inflação (GOVERNO DO BRASIL, 1965, p. 28).

Complementarmente, o PAEG acentuava a manutenção ou recuperação do crescimento:

o combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva. A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano (RESENDE, 2014, p. 199).

A partir da execução do PAEG, a avaliação acerca do seu desenrolar como programa de estabilização é positiva, apesar de seus custos para uma parcela importante da população. Outrossim, o plano reduziu a inflação para a faixa de 20% ao ano e executou um amplo conjunto de transformações institucionais fundamentais para o grande crescimento econômico que se seguiria (LACERDA, 2018).

Tabela 2 – Taxas de crescimento do PIB, da produção industrial e da inflação (Brasil, 1964-1968, em %)

Ano	PIB	Produção industrial	Inflação (IGP-DI)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: Abreu (1990 *apud* GREUMAUD *et al.*, 2017, p. 409).

Devido à necessidade de redução das taxas de inflação, criaram-se mecanismos capazes de viabilizar o crescimento econômico em uma situação de inflacionárias moderada (GREMAUD *et al.*, 2017). Logo, a proposta de atuação do PAEG pode ser descrita a partir de três pontos: i) a política salarial; ii) a política monetária e financeira; iii) a política externa (RESENDE, 2014).

2.1.1 A política salarial

Segundo os formuladores do PAEG, a gênese da crise do crescimento econômico do início dos anos 1960 era a inflação que, por sua vez, seria provocada pelos excessos salariais e pela irresponsabilidade fiscal. O problema era visto pelo prisma da demanda, admitindo-se que os problemas econômicos eram de responsabilidade dos gastos irresponsáveis do governo e dos trabalhadores (PIRES, 2010). De forma a buscar solucionar o problema, o PAEG possuía uma política salarial bem definida, que deveria basear-se em três pontos básicos:

(i) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (ii) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentassem irreversivelmente o processo inflacionário; e (iii) corrigir as distorções salariais, particularmente no serviço público federal, nas autarquias e nas sociedades de economia mista (RESENDE, 2014, p. 200).

Nesse sentido, os efeitos da política salarial sobre o salário mínimo real foram expressivos. As consequências das ações desta política atingiram não apenas o salário mínimo real médio: o salário daqueles ligados à produção na indústria de transformação também sofreu reduções significativas. Contudo, não somente via política salarial a economia voltaria ao rumo do crescimento, pois também eram necessárias mudanças na política monetária e financeira (RESENDE, 2014).

2.1.2 Política monetária e financeira

Nessa dimensão, Gremaud *et al.* (2017) indicam que os objetivos principais eram criar condições de condução independente da política monetária e direcionar os recursos nos montantes e condições adequados às atividades econômicas. Para tanto, dividia-se em quatro bases:

i) Instituição da correção monetária e criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional); ii) Lei nº 4.595 – criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil); iii) Lei nº 4.320 – criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação); iv) Lei nº 4.728 – reforma do mercado de capitais (GREMAUD *et al.*, 2017, p. 416).

Com a criação da ORTN, instituiu-se a correção monetária, sendo uma facilidade para a convivência com taxas de inflação consideravelmente altas durante muitos anos. A Lei nº 4.595 viabilizou a especialização do CMN e do Bacen com a divisão em financeiras (voltadas ao financiamento dos bens de consumo duráveis), bancos comerciais e bancos de investimento. A criação do SFH e do BNH motivou a construção habitacional e o saneamento básico, fez uso dos recursos das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) criado em 1966 (LACERDA, 2018). A Lei nº 4.728, segundo Gremaud *et al.* (2017), possibilitou a segmentação do mercado, com instituições especializadas que seriam responsáveis por atender partes específicas do mercado de crédito.

2.1.3. Política externa

A política externa buscava estimular o desenvolvimento econômico, eliminando uma das principais distorções do processo de substituição de importações, ao impedir pressões sobre o balanço de pagamentos. Nesse sentido, buscar aprimorar o comércio externo e atrair capital estrangeiro apresentaram-se como as duas principais linhas de atuação (GREMAUD *et al.*, 2017).

A principal medida adotada na área do comércio externo, de acordo com Gremaud *et al.* (2017,) foi a simplificação e unificação do sistema cambial. Para que tal feito fosse possível, em 1968 adotou-se o sistema de minidesvalorizações cambiais, segundo o qual a variação cambial deveria refletir a diferença entre a inflação doméstica e a internacional.

As reformas instituídas durante os primeiros anos do período militar e os incentivos criados para o capital privado prepararam o terreno para uma nova fase de crescimento a partir de 1968, o período do “milagre” econômico brasileiro (PIRES, 2010).

2.2 “Milagre” econômico brasileiro

O período de 1968 a 1973, durante os governos de Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, com Delfim Netto como Ministro da Fazenda, pode ser descrito como o período de maior crescimento econômico no período militar, com que ficou conhecido como o do “milagre” econômico brasileiro. Lago (1989) explica que essa terminologia surgiu e foi adotada a partir do rápido crescimento econômico no Japão e em alguns países europeus. Portanto, por conta dos desdobramentos que vieram a partir das medidas do governo militar no Brasil, pondera-se que as taxas vistas de crescimento eram substanciais e se tratava de um “milagre” econômico.

Esse período foi marcado por taxas elevadas de crescimento do PIB brasileiro, com relativa estabilidade de preços, de forma que a taxa média de crescimento do produto esteve acima dos 10% a.a. (com ênfase para o produto industrial) ao mesmo tempo em que a taxa de inflação conservou-se entre 15 e 20% a.a. (GREMAUD *et al.*, 2017). Além disso, os dados do IBGE (*apud* GREMAUD *et al.*, 2017) indicam que o PIB em 1968 estava em 9,8% e em 1973 encontrava-se em 14%, um incremento grande para a época. Analogamente, ocorreu a manutenção da inflação através do controle de preços e contenção dos salários dos extratos mais baixos dos trabalhadores, além do fortalecimento das classes médias e altas, juntamente à expansão do crédito do consumidor (CAMARGO, 2010).

Lago (1989) mostra que a existência de considerável capacidade ociosa no setor industrial sinalizava que a produção poderia reagir a estímulos adequados. Conforme o autor, ocorreu o crescimento observado na indústria da construção, em função de grandes obras de infraestrutura do governo e da demanda do setor habitacional, estimulada pela política nacional de habitação criada em 1964. O fato de esse setor industrial demandar um volume muito grande de diferentes de insumos (cimento, vidro, ferro, aço, alumínio, *etc.*), além de necessitar de significativa mão de obra, acabou estimulando outros setores da cadeia produtiva (CAMARGO, 2010).

O aumento do consumo, por sua vez, incentivou os demais ramos de atividade, além de consolidar sua posição como a variável mais dinâmica da economia, o que havia sido verificado somente no Plano de Metas. Dessa forma, a grande expansão desse período não significou uma mudança na estrutura econômica, mas, sim, um aprofundamento das tendências manifestadas anteriormente (CAMARGO, 2010).

Outra característica essencial verificada nesse período refere-se à intensificação do processo de abertura da economia brasileira, com início a partir do Plano de Metas (CAMARGO, 2010). No interregno da implementação PAEG, ocorreram diversas reformas facilitadoras no horizonte das relações externas, como a eliminação de obstáculos e procedimentos burocráticos relativos ao comércio externo, incentivos fiscais de exportação e, principalmente, a introdução de minidesvalorizações cambiais a partir de 1968.

Outrossim, Hermann (2011, p. 67) relata que, concomitantemente à grande expansão econômica no período de 1968 a 1973, houve considerável entrada de capitais externos diretos e empréstimos monetários no Brasil.

Os investimentos externos diretos [...] e os empréstimos em moeda cresceram continuamente no período (exceto em 1972, no primeiro caso, e em 1973, no segundo). Esses recursos foram os grandes responsáveis pelo “milagre” brasileiro em relação ao balanço de pagamentos, já que a tendência à deterioração das contas externas, sugerida nos modelos teóricos, foi confirmada para a conta de transações correntes.

Outro aspecto verificado no período foi a diversificação das exportações, especialmente com dos produtos industrializados. Em 1968, os produtos básicos representavam 79,3% das exportações brasileiras, enquanto os produtos industrializados significavam 20,2%. Dentre essas, a exportação de produtos manufaturados correspondia a 10,5% e a de semimanufaturados 9,7%. Em 1973, as exportações de produtos básicos eram de 64,5% do total e as de produtos industrializados de 32,9%, e as de manufaturados representavam 23,1%, e as de semimanufaturados, 9,8%. Isso é indicativo das transformações que estavam em curso na economia brasileira (SERRA, 1984, *apud* CAMARGO, 2010). Destarte, Camargo (2010, p. 201-202) sintetiza os pontos base do “milagre” econômico:

1) aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, assegurada pela alta concentração da renda e pela ampliação do crédito ao consumidor; 2) ampliação do setor de construção civil; 3) aumento das exportações, conseguido graças à expansão do comércio internacional e à política de estímulo governamental às exportações, calcada em fortes subsídios; 4) entrada de volume considerável de capitais estrangeiros; 5) aumento dos investimentos.

A partir da explicação e apreensão do período, na próxima seção serão analisadas as consequências geradas a partir desse *boom* econômico do período militar.

3 Breve sumarização do período pré-milagre e consequências socioeconômicas do pós “milagre”

Conforme visto, observou-se similaridade entre os planos trienal e PAEG, especialmente em função dos diferentes cenários políticos internos e no contexto das relações internacionais. Apesar do PAEG representar uma ruptura em relação às instituições estatais brasileiras no período que antecede 1964, do ponto de vista da execução das políticas de estabilização de curto prazo, a historiografia tende a identificar continuidades entre suas medidas e as do Trienal (VILARINO, 2016).

Com o intuito de justificar alguns aspectos da consensual contribuição do PAEG na deflagração do “milagre” econômico, é importante destacar os aspectos cruciais apontados por Vilarino (2016) em relação à caracterização do planejamento em ambos os planos, Trienal e PAEG. O autor lembra que o planejamento econômico pelo Estado encontra seu princípio de racionalização em um processo de desenvolvimento econômico e este redundaria em alterações estruturais profundas e repentinas. Ademais, a previsão de mudanças estruturais objetivando afastar as possibilidades de instabilidades caberia ao planejamento estatal, sendo que este deveria não apenas incentivar, mas orientar cabalmente à formação de capital. O autor afirma:

no Plano Trienal, é a especificidade histórico-estrutural do subdesenvolvimento econômico que cria condições adversas sob as quais o planejamento estatal deve agir produzindo modificações estruturais corretivas. Vejamos *ipsis litteris* os “princípios pouco controvertidos” que o PAEG identifica como específicos dos países economicamente subdesenvolvidos: livre jogo das forças de mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupança (VILARINO, 2016, p. 384).

Outro aspecto diz respeito às políticas salariais, uma vez que estas afetaram de forma decisiva nos resultados alcançados pelos planos. Na época de Goulart vivia-se um momento de grande conflito distributivo e, neste quadro adverso, o Plano Trienal não teria apresentado mecanismos para conter a espiral inflacionária. O governo de Castello Branco, originário do golpe militar de 1964, por não apresentar os mesmos dilemas não teve maiores constrangimentos em cortar a espiral inflacionária a partir do arrocho salarial (BASTIAN, 2013).

Sob a perspectiva de se compreender as consequências do “milagre” econômico, é válido salientar as principais implicações que trouxe à sociedade. De maneira geral, o “milagre” econômico se caracterizou pelas maiores taxas de crescimento do nível do produto brasileiro na história recente, além de apresentar neste período uma relativa estabilidade de preços (GIAMBIAGI, 2011).

Por outro lado, é válido ressaltar que o “milagre” trouxe também óbices à sociedade. Hermann (2011) e Lacerda *et al.* (2018) concordam que houve aprofundamento no período militar das características do modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro.

Hermann (2011) aponta a forte dependência do petróleo, com o aumento da importação desse insumo, que se elevou de 59% do consumo interno para 81%. Com o “choque do petróleo”, teria ocorrido um aumento nos preços desse insumo devido à grande quantidade importada *vis a vis* ao aumento dos preços. Tal fato teria jogado o país em um patamar superior de dependência externa:

a estrutura produtiva da economia brasileira a partir do “milagre” contava com uma capacidade de produção permanentemente ampliada no setor de bens de consumo duráveis. Contudo, sua efetiva utilização dali em diante implicava uma demanda por bens de capital e petróleo que não podia ser atendida pelo parque industrial brasileiro. Consequentemente, o crescimento da economia tornou-se mais dependente da capacidade de importar (bens de capital e petróleo) do país (HERMANN, 2011, p. 75).

Não obstante, a partir da ocorrência do “milagre” econômico as décadas seguintes sofreram grandes influências, principalmente em relação à variável renda. Assim, tem-se destacado na tabela 3 o que ocorreu nos anos de 1960, 1970 e 1980. Vê-se que a renda das pessoas mais pobres diminuiu e a das mais ricas (destaque para os 5% e 1% mais ricos) aumentou.

Tabela 3 - Distribuição de renda por estratos de rendimentos (Brasil, 1960-1980, em %)

Estratos	Ano		
	1960	1970	1980
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
40% renda média	43,0	38,4	36,5
10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
Total	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	28,3	34,1	37,9
1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

Fonte: Censo demográfico do IBGE (*apud* PIRES, 2010, p. 195).

Assim, conforme destacado por Pires (2010), essa situação não surpreende, pois a conjugação da política salarial e da política trabalhista levou a uma compressão da remuneração dos trabalhadores, resultando em uma impressionante concentração de renda entre 1960 e 1970. Com relação às posições críticas em relação às consequências do “milagre” econômico, Giambiagi (2011, p. 429) as descreve da seguinte forma:

os críticos argumentaram que as autoridades tinham a concentração como estratégia necessária para aumentar a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e com isso o crescimento econômico, para que depois todos pudessem usufruir. Esta ficou conhecida como a “Teoria do Bolo”, segundo a qual o bolo deveria crescer primeiro para depois ser dividido [...]. Defendem ainda que, apesar de a concentração da renda ter aumentado, a renda *per capita* de toda a população cresceu, o que significa que todos devem ter melhorado em termos de condições de vida, embora as classes mais ricas tivessem melhorado mais do que as classes mais pobres.

De maneira geral, apesar da avaliação dos dados durante o período do “milagre” exibirem um quadro favorável no crescimento da economia brasileira, tal fato *per se* não configurou em resultados semelhantes no concernente às variáveis sociais.

Contudo, apesar da ampliação econômica que se foi gerada pelo “milagre” econômico via Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), ainda permeiam o período militar acerca de questões sociais, de modo que a melhora do crescimento econômico não significou melhora na qualidade de vida da população brasileira. Pode-se inferir que o intenso crescimento durante o “milagre” econômico trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda, incluindo-se nesse grupo a parte da classe média assalariada que fornecia os quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas, *etc.* A renda concentrou-se significativamente em consequência da diminuição do valor real do salário-mínimo (LACERDA *et al.*, 2018, p. 110).

Em similar linha de análise, Pires (2010) destaca que no período do “milagre” vislumbrou-se um aumento da renda das pessoas ricas, com que concentrou renda. Já as pessoas pobres ficaram em uma situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, pois ocorreu compressão dos seus salários.

Sob tal ótica, na análise do período militar, verifica-se que se tratou efetivamente de uma crise cíclica, agravada pelo aumento da instabilidade política e pelas políticas de estabilização recessivas, como o Plano Trienal, num primeiro momento, e o próprio PAEG, num segundo momento (LACERDA *et al.*, 2018).

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender as implicações socioeconômicas do “milagre” econômico com base em informações e análise desse período e, subsidiariamente, a partir de uma reflexão acerca dos antecedentes a esse momento histórico no período militar e nos governos que o antecederam, enfatizando os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Foi possível notar que quando acabou o mandato de Kubitschek, a economia brasileira estava em um estágio maduro e com maior complexidade em relação ao período anterior. Quadros e Goulart receberam essa herança via amadurecimento do Plano de Metas. Reviravoltas ocorreram durante os governos sucessores de Kubitschek, de modo que, com a inesperada renúncia de Quadros e a falha no sucesso do Plano Trienal, a situação macroeconômica ficou mais instável.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, criou-se o PAEG que tinha propostas de estabilização similares ao do Trienal. Porém, aquele acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. A literatura especializada revisada neste artigo confirma que o superior desempenho do PAEG em relação ao Plano Trienal deve-se ao fato de o primeiro ter sido mais bem-sucedido em função da maior injeção de recursos financeiros tanto no âmbito produtivo quanto da entrada líquida de capitais. Destaca-se a importância da análise de Fonseca (2004), que enfatiza as dificuldades do governo Goulart associada à instabilidade política com alterações sucessivas dos Ministros da Fazenda, o que contribuiu decisivamente às dificuldades de manutenção de estabilidade aliada ao crescimento econômico.

O conjunto de alterações institucionais, com destaque a correção monetária, permitiu a implantação da indústria pesada que fazia crescer a produção de bens duráveis apesar da persistência inflacionária. Como consequência da criação do PAEG, ocorreu o grande “boom” econômico para aquele período histórico, que ficou conhecido como “milagre” econômico brasileiro entre 1968 e 1973, com altas taxas de crescimento econômico. Porém, reitera-se a ocorrência da ampliação de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro.

A significativa ampliação da economia em pouco tempo trouxe consequências socioeconômicas para a sociedade brasileira. Elas foram desde a maior dependência do capital estrangeiro, bem como da capacidade de importar bens de produção e petróleo. Vale lembrar que o petróleo era a principal fonte de energia e matéria prima para a indústria química à época.

Conclui-se que se o governo militar não atrapalhou os passos que vinham sendo dados desde o Plano de Metas em prol do crescimento econômico, com taxas médias extraordinárias para o PIB. É relevante também reconhecer que o “bolo” não foi distribuído. Os valores do salário mínimo foram reduzidos em termos reais, diminuindo o poder de compra da população de baixa renda. Os elevados níveis de concentração de renda não apenas foram mantidos, mas os ricos se tornaram ainda mais ricos e os pobres se tornaram ainda mais pobres.

Referências

BAER, Werner [1979]. **A Economia Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Revista Estudos Econômicos**, v. 43 n. 1, p. 139-166, 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR). **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (Síntese)**. Dezembro de 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/15>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

CAMARGO, José Marangoni. Do “milagre” econômico à “marcha forçada” (1968-1980). **In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FONSECA, Pedro C. D. Legitimidade e Credibilidade: Impasses da política Econômica do Governo Goulart. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 3, p. 587-622, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2017.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). **In: Fabio Giambiagi et al. Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERMANN, Jennifer. Reforma, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). **In: Fabio Giambiagi et al. Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACERDA. Antônio Corrêa de *et al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o plano de metas (1956/1961). **In: LAFER, Betty M. (Org.). Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 29-50, 1970.

LAGO, Luiz A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1973. **In:** Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo. Editora Brasiliense.1983.

MESQUITA, Mário M. C. [1990]. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. **In:** Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ORENSTEIN Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio [1990]. Democracia com desenvolvimento. **In:** Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESENDE, André Lara [1990]. Estabilização e reforma: 1964-1967. **In:** Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Introdução a Economia**. Porto Alegre: Atlas, 1996.

TAVARES, Maria Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2 (143), p. 372-388, abril-junho/2016.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida, 1956-1963. **In:** Fabio Giambiagi *et al.* (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.